

País só paga US\$ 5,3 bi aos credores este ano

Proposta de Bresser exige prazo de 35 anos, 7 de carência e juros fixos para pagar a dívida

CECE



Bresser, ao lado dos senadores Chiarelli e Távora, fala sobre a dívida antes de iniciar o depoimento

CESAR FONSECA
Da Editoria de Economia

O ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, adiantou, ontem, aos senadores integrantes da Comissão Especial da Dívida Externa do Senado, que o Governo pagará somente 5,3 bilhões aos credores do total de 13 bilhões de dólares de transferências líquidas que teria de realizar este ano e negociará os juros da dívida nos próximos três anos, em torno de 40 bilhões de dólares, com prazo de 35 anos, 7 anos de carência, juros baixos (cogita-se de 5 a 6 por cento) e taxa de risco (spread) a partir de zero.

Esta, segundo o senador Raimundo Lira (PMDB-PB), um dos participantes da reunião, seria a proposta correspondente à negociação convencional da dívida, que será levada aos bancos particulares na próxima semana. Quanto à negociação anticonvencional, disse, o Governo vai lançar bônus de saída (*exit-bônus*) para tentar atrair os pequenos bancos os quais, conforme o ministro, estão dispostos a aceitar um deságio. Posteriormente a negociação seria feita com os grandes bancos. As condições são prazos de 35 anos para pagamento, 7 anos de carência e juros fixos. O total a ser negociado de forma anticonvencional seria de aproximadamente 30 bilhões de dólares. De forma voluntária.

Faz parte do pacote de negociação, frisou o senador paraibano, uma proposta de conversão da dívida externa. Ele entretanto negou a dar maiores informações sobre o conteúdo da mesma. Destacou que um dos pontos negativos da última proposta feita por Bresser Pereira, de securitização da dívida (transformação da dívida em títulos com deságio compulsórios) foi a de tê-la divulgado com antecedência. O pacote de negociação que será discutido pelos dois negociadores oficiais, o presidente do Banco Central, Fernando Milliet, e o assessor especial para a dívida externa, Fernão Bracher contém, disse o senador, uma só proposta prevendo diversas alternativas. O miolo será a negociação dos encargos financeiros que venceu nos próximos três anos.

Paralelamente à negociação do pagamento dos juros parciais deste ano e o financiamento do total de transferências líquidas nos próximos três anos, o Governo encaminhará, ainda, a renovação das linhas de curto prazo no valor de 15 bilhões de dólares. Bresser destacou que não há maiores perigos de os credores suspenderem o financiamento dessas linhas de cur-

to prazo, porque os principais prejudicados seriam os próprios bancos. Por aí se estariam inviabilizando o País de continuar pagando os juros que compromete a continuar pagando de acordo com suas possibilidades, sem prejudicar o crescimento econômico.

Quanto à moratória, esta somente será suspensa após a concretização de uma negociação satisfatória para o País. Dos 13 bilhões de dólares de transferências líquidas programadas para este ano, 4,3 bilhões de dólares correspondem à moratória dos juros. Bresser lembrou que não está nos planos do Governo manter-se isolado do mercado financeiro internacional. Não nega que deve, se dispõe a pagá-lo, mas suspenderá a moratória depois da negociação. Antes, a moratória representará um trunfo. Graças a decretação da mesma foi possível ocorrer a desvalorização da dívida no mercado e viabilizar a proposta de securitização da dívida.

Bresser conseguiu amplo apoio à sua proposta, disse o deputado Luiz Roberto Ponte (PMDB-RS), também presente à reunião secreta realizada no Senado. O PMDB, através do líder, senador Fernando Henrique Cardoso; o PFL, via o líder Carlos Chiarelli (PFL-RS), o PDS, com o senador Virgílio Távora fizeram declarações expressas de apoio, apenas o senador Roberto Campos, que não é integrante da comissão, negou qualquer apoio e fez ampla defesa, segundo relato da deputada Cristina Tavares (PMDB-PE), em favor do engajamento do Governo aos programas ortodoxos do FMI. Campos considerou que somente o FMI poderá dar jeito no País desacreditado pelas suas estatísticas.

O senador Carlos Chiarelli disse que o apoio do Senado é importante para a negociação da dívida. Destacou que o conjunto de alternativas sob uma só proposta visa a redução dos encargos financeiros sobre a dívida e somente após conseguido tal intento será suspensa a moratória. O Governo, disse, não tem pressa nem está temeroso quanto à possibilidade de represálias.

Para o senador Fernando Henrique Cardoso, a proposta a ser levada pelo ministro Bresser Pereira conseguiu amplo respaldo e não contém nenhuma ameaça ao sistema financeiro internacional. Ao contrário, contém uma proposta razoável de entendimento. Ela é realista na medida em que coloca a real situação do País e suas condições de pagamento de forma que não afete o crescimento econômico, pois este é inegociável.